

## O CURRÍCULO NA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO E VALORIZAÇÃO DA VIDA

Autora: Esmênia Soares Barreto; Co-autora: Taynara Ferreira da Silva Galdino; Orientadora:

Dra. Francisca Pereira Salvino

*Universidade Estadual da Paraíba – [esmenia11@hotmail.com](mailto:esmenia11@hotmail.com)*

*Universidade Estadual da Paraíba – [taynarafferreira756@gmail.com](mailto:taynarafferreira756@gmail.com)*

*Universidade Estadual da Paraíba – [fransalvino@gmail.com](mailto:fransalvino@gmail.com)*

**Resumo:** O currículo escolar deve ser analisado, reelaborado e replanejado, contínua e coletivamente, na busca de obter um ensino-aprendizagem construtivo, mais próximo possível da vida e da realidade social dos educandos, que os considere como cidadãos e seres políticos, bem como desenvolvendo uma função socializadora. Nessa perspectiva, este artigo objetiva analisar o currículo refletindo acerca de valores, respeito à diversidade e valorização da vida para que se tenha um ensino-aprendizagem mais dinâmico e significativo. O procedimento metodológico utilizado é de natureza qualitativa, consistindo em pesquisa bibliográfica exploratória. Foram analisados textos/documentos, tais como o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014-2024, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/2014), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC), à luz de estudiosos como Elizabeth Macedo (2017), Amélia Hamze (2012) e Nelson de Luca Pretto (1997). Com o estudo, percebe-se a importância de tomarmos consciência de que a escola que almejamos para alunos e para a comunidade em geral é aquela que se apresenta de forma integral, privilegiando aprendizagens, os sentidos da vida, que se moderniza de forma a acompanhar as mudanças da sociedade, os processos tecnológicos, onde todos contribuem e desempenham suas funções como construtores e detentores do conhecimento, respeitando a diversidade cultural e do ser social, porém sem abdicar de uma sólida formação em valores.

**Palavras-chave:** Currículo, Ensino-aprendizagem, Valorização da vida.

### Introdução:

O currículo escolar tem sido um assunto discutido por muitos teóricos, com o propósito de responder a questões postas pela sociedade e pela comunidade escolar, a fim de refletir e buscar significados na perspectiva da valorização da vida e desta como reorientação para as práticas educativas. A estrutura educacional brasileira ainda apresenta fragilidades no que se refere ao trato com a diversidade que constitui o país. A realidade econômica brasileira sempre esteve marcada por altos índices de desigualdade e exclusão social, perpassando os fatores políticos e culturais.

A elaboração do currículo é um processo social, construtivo e coletivo, que traz vários fatores essenciais, tais como: epistemológicos, intelectuais, interesses divergentes e

(83) 3322.3222

[contato@cintedi.com.br](mailto:contato@cintedi.com.br)

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

convergentes, conflitos simbólicos e culturais, ligados a fatores como classe, raça, etnia e gênero.

Atualmente, o multiculturalismo deve estar cada vez mais presente nos currículos escolares, pois vivemos em uma sociedade que é caracterizada por inúmeros fenômenos sociais, dentre os quais crise moral, desigualdade, injustiças sociais, corrupção, que influenciam as diversas concepções e modos de vida na sociedade contemporânea. Então, é necessário que a educação ensine aos indivíduos a valorizar sua própria vida e a do próximo.

Nessa perspectiva, a unidade educacional e, principalmente, os educadores se veem diante de inúmeros desafios, entre os quais estabelecer uma lógica e rotina disciplinar que corrobore a organização e a gestão educacional; uma metodologia a ser utilizada para melhor e facilitar os processos de ensino e aprendizagem dos alunos; que desenvolver os indivíduos maneira igualitária, respeitando as variações culturais contidas na escola e na sociedade.

A partir dessas considerações, o presente artigo objetiva analisar o currículo refletindo acerca de valores, respeito à diversidade e valorização da vida para que se tenha um ensino-aprendizagem mais dinâmico e significativo. O procedimento metodológico utilizado é de natureza qualitativa, desenvolvida através de pesquisa bibliográfica exploratória, entendendo o currículo escolar como eixo para consecução de metas estabelecidas na sociedade, devendo ser repensado, analisado, reelaborado e replanejado contínua e coletivamente, na busca de obter-se um ensino-aprendizagem significativo, mais próximo possível da vida e da realidade social dos educandos.

Tomou-se como referência o Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) o conjunto de demandas conservadoras da Escola sem partido em relação ao “conteúdo” da BNCC, analisados à luz de estudiosos como Macedo (2017), Hamze (2012) e Pretto (1997).

## **1. O currículo, as redes sociais e a valorização da vida na sociedade contemporânea**

De acordo com a Constituição Federal de 1988 (Art. 205) e a Lei nº 9.394/1996 (Art. 2º), “a educação é um direito de todos e é um dever da família e do Estado, e tem o objetivo de pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

Em um país com dimensões continentais como o Brasil, o alcance de tal finalidade implica o reconhecimento e o respeito a uma diversidade cultural imensa e como afirma

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

Gomes (2007), não é tarefa fácil para os educadores trabalharem pedagogicamente com a diversidade. Isto pode explicar o fato de que, muitas vezes, falte ao professor o domínio sobre questões do cotidiano que envolva dilemas, conflitos, violências, associados à diversidade cultural, o que pode leva-lo a acreditar que o foco do ensino são as disciplinas da grade curricular, trabalhadas de maneira engessada.

Com o passar dos anos é perceptível a mudança no perfil dos jovens, o aumento crescente de tarefas e a exigências atreladas às novas tecnologias, configurando um outro fator estressante e desafiante para os professores. O exercício da docência já apresenta diversos desafios pela própria natureza da relação professor-conhecimento-aluno, ainda mais quando os avanços tecnológicos, da ciência e da comunicação torna comum que os alunos tragam para a sala de aula informações e competências desconhecidas pelos professores. Isto tende a desestabilizar o papel tradicional do professor como detentor do conhecimento e do aluno como receptor.

De acordo com Hamze (2012), o século XXI trouxe para a educação a tecnologia, que passou a dominar todos os espaços, exigindo novas formas de interação entre professor e aluno e destes com os demais sujeitos da escola e da sociedade porque o uso indevido das tecnologias pode ocasionar individualização, transtornos, doenças e outros malefícios.

Nesse contexto, torna-se frustrante para o professor ministrar aulas em condições precárias, que não disponham de recursos modernos, já que cada vez mais as salas de aula precisam de atualização de equipamentos, de recursos multimídia e de estrutura física que favoreça o acompanhamento e o alcance das metas almeçadas pelas escolas, no tocante aos índices educacionais em nível nacional e mundial.

Como enfatiza o Professor Augusto Soares Lima<sup>1</sup>, é na interação com as tecnologias que se faz a construção do conhecimento por parte dos indivíduos, começando a reformulação de uma sociedade, para quem a crise das referências transforma as instituições cristalizadas do contexto social em fonte de questionamento para os indivíduos. Segundo o Professor, o que urge em nosso tempo são as redefinições de conceitos, uma vez que nas redes sociais não circular apenas informações, mas opiniões, análises, críticas que ressignificam os textos, estabelecem a inserção dos avanços científicos nas relações sociais e, conseqüentemente, adentram às práticas educativas. Então, a educação é desafiada pela redefinição dos seus

---

<sup>1</sup> Fala do professor Augusto Soares Lima durante a palestra "Educação na sociedade do conhecimento" proferida no curso de extensão "Educação, redes sociais e valorização da vida", realizado na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) no período de 02 a 30 de maio de 2018.

domínios e de suas fronteiras, sendo responsável pela formação dos indivíduos, por fazê-lo pensar, por torna-lo um ser crítico.

As redes sociais são, hoje, um vetor determinante em vários setores como, por exemplo, moda e política. Assim sendo, ditam as formas de pensar e os comportamentos das pessoas. A Internet passa a fazer parte da realidade acadêmica, profissional e cotidiana e, rapidamente, vai se despontando como importante elemento de conexão entre equipamentos e, com isso, introduzindo novas formas de se produzir conhecimento e cultura (PRETTO, 1997).

Os últimos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) mostram uma queda de pontuação do Brasil no *ranking* mundial nas três áreas avaliadas: ciências, leitura e matemática. O país ficou na 63ª posição em ciências, na 59ª em leitura e na 66ª colocação em matemática (OCDE, 2015). A prova é coordenada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e foi aplicada no ano de 2015 em 70 países e economias, entre 35 membros da OCDE e 35 parceiros, incluindo o Brasil. As estatísticas ajudam a dimensionar o problema e mostram quais são as possíveis explicações para os resultados do Censo Escolar 2015 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a escola é incapaz de atender bem aos estudantes que estão em transição da infância para a adolescência.

O estudo ressalta que a geração de quem tem entre 11 e 15 anos nasceu na era digital, portanto, estão habituados ao raciocínio difuso, a fazer muitas coisas ao mesmo tempo e transitar bem entre elas. A escola, que se mantém presa ao modelo mais tradicional de ensino, que valoriza a sequência linear do pensamento pode parecer óbvia para a instituição, mas não é atrativa para o adolescente (CIVITA, 2010).

Nesse sentido, há um duplo fracasso da instituição escolar que não consegue sintonizar-se ao ritmo do aluno, e também não é bem-sucedida em aumentar capacidades como tempo de concentração e autodisciplina. Sem contar que a obediência e a disciplina, exigências típicas de um modelo escolar mais conservador, batem de frente com um período turbulento, de hormônios à flor da pele e excesso de energia. Nesse momento da vida, os adolescentes também valorizam muito as amizades e os contatos com seus pares, associações nem sempre estimuladas pelos mais velhos e que poderiam ser favorecidas com um trabalho mais sistematizado com as redes sociais, tanto presenciais quanto virtuais, podendo favorecer o respeito à diversidade.

## 2. Normas curriculares e diversidade

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024), determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional por dez anos (BRASIL, 2014). O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade para que promovam a garantia do acesso, a universalização do ensino obrigatório e a ampliação das oportunidades educacionais. Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior.

A partir de sua aprovação, o Ministério da Educação (MEC) tem se mobilizado de forma a articular-se com os demais entes federados e instâncias representativas do setor educacional, direcionando o seu trabalho em torno do plano que referencia seu Planejamento Estratégico Institucional e seu Plano Tático Operacional a cada meta do PNE. Nesse sentido, procurou envolver todas as secretarias e autarquias na definição das ações, dos responsáveis e dos recursos para alcance das metas. O PNE é um dos últimos atos de um período de muitas reformas educacionais, que incluíram a LDB/1996 e PCN. Baseadas em consenso imposto pelos organismos internacionais, principalmente pelo Banco Mundial, aos países de capitalismo dependente como o Brasil, as prescrições expressas nesses documentos guiam-se, antes de tudo, pela racionalidade econômica que embasa o projeto dominante de desenvolvimento capitalista, a se convencionou chamar de neoliberalismo. Portanto, ainda que esses documentos façam referência à diversidade/pluralidade cultural, efetivamente o que se percebe é a prevalência dos interesses de mercado e não da vida e do bem-estar dos cidadãos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2013) pressupõe clareza em relação ao seu papel de indicador de opções políticas, sociais, culturais, educacionais e a função da educação na sua relação com os objetivos constitucionais de projeto de Nação, fundamentando-se na cidadania e na dignidade da pessoa, o que implica igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade.

A nova versão da BNCC prevê que os estudantes devem, ao longo da educação básica, desenvolver competências cognitivas e sócio-emocionais para sua formação. Deve valorizar e

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)



utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural para entender e explicar a realidade (fatos, informações, fenômenos e processos linguísticos, culturais, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e naturais), colaborando para a construção de uma sociedade solidária. Utilizar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas do cotidiano (incluindo as escolares) ao se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas. Deve, ainda, valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao seu projeto de vida pessoal, profissional e social, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BRASIL, 2017).

Como podemos constatar também as diretrizes e a BNCC enfatizam o reconhecimento e o respeito à diversidade. Todavia, como analisa Macedo (2017), a BNCC, foi influenciada duramente pelo conjunto de demandas conservadoras do Movimento Escola sem Partido. Em função disto, há uma série de exclusões e ou tentativa de coibir avanços atinentes a demandas político-partidárias, raciais, de gênero e de sexualidade, que culminou, por exemplo, com a retirada dos conhecimentos relacionados às questões de gênero da BNCC. Segundo Macedo (2017), o potencial dessas exclusões para deslocar as articulações sobre a BNCC é preocupante, na medida em que elas focam diretamente demandas de grupos minoritários de raça, gênero e sexualidade que, ainda timidamente, vinham conquistado algum espaço e alguns direitos essenciais.

Além disso, o próprio jogo político que levou a uma BNCC em que uma listagem de objetivos é entendida como necessária para que direitos de aprendizagem e ensino se materializem já embute uma série de exclusões, ainda que não admitidas explicitamente. Para além da promessa de inclusividade nas seleções do que deve constar na BNCC, expressa-se que, por ela não corresponder à totalidade do currículo, outros conhecimentos podem ser acolhidos (MACEDO, 2017).

### **Considerações finais:**

Neste artigo pode-se compreender que o currículo escolar é um eixo significativo na consecução de metas acerca da diversidade cultural, sendo que o referido deve seguir diretrizes e estratégias traçadas pela política educacional nacional, que já vem sofrendo modificações em função de mudanças na ordem política e econômica nacional e mundial.

Promessas de futuras alterações já se delineiam com a BNCC, mas que demonstram um avanço de demandas conservadoras, que dificultam o reconhecimento e o respeito à diversidade cultural.

Com as mudanças ocorridas ao longo dos anos na sociedade, o advento da internet, as novas formas de comportamento dos jovens que estão conectados numa aldeia global, possibilitam que as informações e atualizações sejam passadas em segundos, através das redes sociais. Ocorrerem também mudanças nas relações interpessoais entre professores e alunos diretamente envolvidos na educação escolar. Desta forma, há uma preocupação em se pensar e repensar o trabalho desenvolvido nas escolas, tendo o currículo como norte fundamental a esta proposta, visando um trabalho que promova um ensino que vá ao encontro do respeito e valorização da vida e das diferenças entre todos.

É importante que tenhamos consciência de que a escola que almejamos, desde alunos à comunidade escolar, é aquela que se apresenta de forma integral, privilegiando aprendizagens que dê sentido à vida de todos os cidadãos. Nesse sentimento, é de suma importância que a escola se modernize de forma a acompanhar as mudanças da sociedade, os processos tecnológicos, de modo que todos desempenhem as suas funções e sejam grandes construtores e detentores do conhecimento, que não se configure como domínio/propriedade de nenhuma categoria em particular. Mas, como domínio/propriedade de uma diversidade de seres, de culturas, de modos de ser e de estar no mundo, compartilhando, produzindo e reproduzindo continuamente novas formas culturais. Como algo que não se encontra aprisionado no tempo, nem em padrões estéticos, morais e comportamentais rígidos que culminem com a exclusão e a discriminação de parcelas das populações, mas que valoriza a vida acima de tudo.

### **Referências Bibliográficas:**

A BNCC NA CONTRAMÃO DO PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. Disponível em: < <http://www.anpae.org.br/website/documentos/BNCC-VERS-PRELIMINAR.pdf>> Acesso em: 30 Maio 2018.

BRASIL. Ministério de Educação. **Lei nº 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

CIVITA, VICTOR. Estudos & Pesquisas Educacionais. 1. ed. São Paulo. 2010. 344 p.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Introdução. Brasília: MEC, 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica**. Brasília: MEC, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 3ª versão. Brasília: MEC, 2017.

GOMES, Nilma Lino. (Org.). **Currículo e diversidade**: indagações sobre currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007, p. 17-47.

HAMZE, Amélia. **A Profissão de ser Professor**. 2012. Disponível em: <<http://jorgecruz.dihitt.com.br/noticia/a-profissao-de-ser-professor-a-arte-de-ensinar-e-umatarefa-dificil-demais-para-que-alguem-se-envolva-nela-por-comodismo>> Acesso em: 24/05/2018.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do Movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. In: **Educação e Sociedade**, vol.38, nº139. Campinas. Abr./Jun 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00507.pdf>> Acesso em: 30 Mai 2018.

OCDE (2015). **PISA 2015 Assessment and Analytical Framework**: Science, Reading, Mathematics and Financial Literacy. Paris: OECD.

PRETTO, Nelson de Luca. **Educação e Inovação Tecnológica**: um olhar sobre as políticas públicas brasileiras. FAGED/UFBA, 1997. Disponível em: <<http://www2.ufba.br/~pretto/textos/rbe11.htm>> Acesso em: 24/05/2018.